

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zeca Hara

Class.: 142

Data: 26/09/88

Pg.: _____

Questão indígena lobby deve ser junto ao Congresso

O novo texto constitucional significa um avanço no tratamento da questão indígena e as entidades engajadas nesta luta devem partir agora para uma atuação junto ao Congresso Nacional a fim de envolver os parlamentares na defesa dos interesses das populações indígenas no Brasil. Devem também buscar aliados dentre os candidatos à Presidência da República para as suas propostas.

Estes foram alguns pontos discutidos no seminário "Questão indígena na Constituinte - avaliação e perspectivas", que terminou ontem. O seminário foi promovido pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), Instituto Indigenista Interamericano, União das Nações Indígenas, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Nacional de Apoio ao Índio, entre outras entidades.

Durante dois dias, houve debates sobre o texto constitucional e a estratégia de acompanhamento da legislação ordinária e complementar. Os debates, que foram gravados, serão transcritos e remetidos a todas as entidades, que em novos encontros aprofundarão a discussão sobre as estratégias a serem adotadas. Na análise da futura Constituição, foi considerada positiva a ampliação do poder do Ministério Público, que perde sua vinculação com o Governo e passa a ser uma instituição de defesa do interesse público. Com isto, as entidades passam a ter mais condições de contestar o Governo judicialmente.

O fim da tutela do Índio, que esvazia a Funai, foi considerado um avanço pela maioria dos participantes do encontro, enquanto uma minoria defendeu a manutenção de uma entidade de assistência ao Índio. Um ponto que será melhor discutido refere-se ao órgão que cuidará, na Câmara dos Deputados, da questão indígena, diante da iminência da extinção da Comissão do Índio. Duas alternativas estão sendo examinadas: a Comissão do Meio Ambiente ou a que tratará da Reforma Agrária.

(ANDA)